18° ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

BELO HORIZONTE - MG
11 - 14 / AGOSTO

PAISAGENS EM DIÁLOGOS
TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E NATUREZAS

ENEPEA 2026

DESAFIOS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA PRAÇA OITO DE SETEMBRO

Patrimônio e paisagem cultural em Vitória (ES)

ST3 - Paisagens e memórias

CHALLENGES OF PRESERVATION AND CONSERVATION OF PRAÇA OITO DE SETEMBRO

Heritage and cultural landscape in Vitória, Espírito Santo, Brazil

NEMER, Luciana
Professora Doutora | UFF | Niterói, RJ, Br | lucianemerdiniz@gmail.com | ORCID: 0000-0003-0106-3292

SILVA, Felipe Gustavo
Doutorando | UFF | Niterói, RJ, Br | felipegustavosilva@outlook.com | ORCID: 0000-0001-6470-1760

RESUMO

No campo da preservação da paisagem patrimonial, este artigo recupera a trajetória histórica da Praça Oito de Setembro, em Vitória, Espírito Santo, destacando sua relevância para a memória urbana e para a configuração simbólica do centro da capital capixaba. O estudo examina a praça como marco de permanência, representação e identidade coletiva, indo além de apresentar registros históricos ou uma descrição física do monumento. Inaugurada em outubro de 1909, sob a denominação original de Praça Santos Dumont, passou posteriormente a remeter, em seu nome atual, à data de fundação da cidade de Vitória, 8 de setembro de 1551, o que reforça sua centralidade histórica e cultural. A pesquisa justifica-se pelo valor histórico do bem, por sua presença na experiência urbana da população e pelos desafios ligados à sua preservação e conservação. A metodologia parte fundamentalmente a dos trabalhos históricos, com base em documentação primária disponibilizada por órgãos públicos de Vitória, composta por fontes cartográficas, iconográficas e impressas, também recorreu a fontes secundárias, além de visitas de campo. Como conclusão, o estudo reafirma a importância da Praça Oito de Setembro para a paisagem urbana de Vitória, reconhecendo-a como espaço de contemplação, convivência e permanência da memória coletiva no tecido da cidade.

Palavras-chave: patrimônio; conservação; paisagem histórica; Vitória (ES).

ABSTRACT

In the field of heritage landscape preservation, this article recovers the historical trajectory of Praça Oito de Setembro, in Vitória, Espírito Santo, highlighting its relevance to urban memory and to the symbolic configuration of the center of the capital of Espírito Santo. The study examines the square as a landmark of permanence, representation, and collective identity, rather than limiting itself to historical records or to a physical description of the monument. Opened in October 1909 under the original name Praça Santos Dumont, it later came to reference, through its current name, the founding date of the city of Vitória, September 8, 1551, reinforcing its historical and cultural centrality. The research is justified by the site's historical value, by its presence in the urban experience of the population, and by the challenges related to its preservation and conservation. The methodology is grounded in historical research, based on primary documentation provided by public institutions in Vitória, such as cartographic, iconographic, and printed sources, alongside secondary sources and field visits. In conclusion, the study reaffirms the importance of Praça Oito de Setembro to Vitória's urban landscape, recognizing it as a space of contemplation, social coexistence, and collective memory.

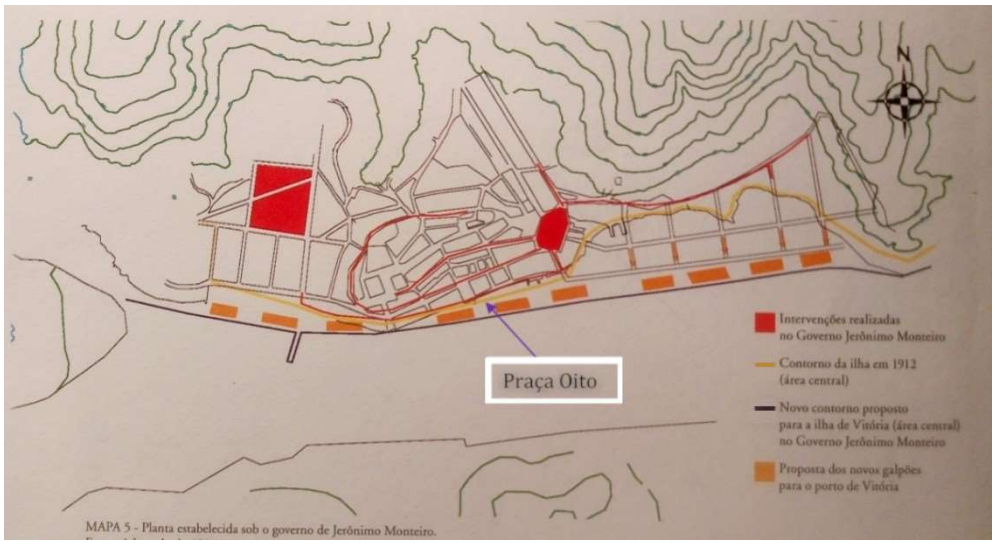
Keywords: *Heritage; Conservation; Historic Landscape; Vitória (ES).*

1 INTRODUÇÃO

Localizada na área do antigo Cais da Alfândega, a Praça Oito, como é conhecida pela população local, carrega forte valor histórico e cultural. Segundo Vitória (2024), foi nessa região que os neerlandeses tentaram invadir a Villa da Victoria no período colonial, sendo depois expulsos pela população sob a liderança de Maria Ortiz. O episódio é relatado por Daemon (2010, p. 164), Novaes (1968, p. 60), Oliveira (2008, p. 135) e Derenzi (1965, p. 64), que registram a tentativa de invasão da vila por cerca de 300 holandeses, primeiro pela rampa e, em seguida, pela Ladeira do Pelourinho, atual Escadaria Maria Ortiz. De acordo com esses autores, Maria Ortiz, moradora de uma casa situada na esquina da ladeira com a Rua da Matriz, aguardou a passagem dos invasores à janela e lançou sobre eles um tacho de água fervente, queimando-os de forma severa e forçando sua retirada.

No início do século XX, durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908–1912), foi executado o Plano de Melhoramentos e Embelezamentos de Vitória. Conforme Klug (2009), o projeto de um novo arruamento para a cidade, datado de 1910, reforçou a principal rua comercial de Vitória, a Rua da Alfândega, atual Avenida Jerônimo Monteiro, ao abrir nova perspectiva de crescimento em direção às praias e promover aterros em vias comerciais situadas à margem da baía, retificando os recortes do terreno que faziam a cidade terminar constantemente no mar.

Figura 1: Planta da cidade de Vitória no período do governo Jerônimo Monteiro, com indicação da localização da atual Praça Oito de Setembro



Fonte: Klug, 2009, adaptado pelos autores.

Nesse contexto, foi criada a Praça Oito de Setembro, concebida para materializar, naquela porção urbana, a identidade e a história da fundação de Vitória de modo tangível e reconhecível. Segundo Nemer (2018), a praça, inicialmente denominada Cais Grande, Cais da Alfândega e Praça Santos Dumont, recebeu de forma definitiva o nome Oito de Setembro em homenagem à fundação da cidade.

O monumento situado no centro da praça, com dezesseis metros de altura, foi projetado pelo arquiteto Jayme Figueira e instalado apenas em 1942 (Fosse, 2015), data provavelmente correspondente à fotografia. Vitória (2024) acrescenta que um dos elementos de maior destaque da Praça Oito é seu relógio singular, construído pelo alemão João Ricardo Hermann Schorling. Movido por um programador lógico controlável, o relógio toca, a cada hora, os sete primeiros acordes do Hino do Espírito Santo, característica rara que marca a experiência do lugar para moradores e visitantes.

Figura 2: Praça 8 de Setembro



Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória

Ao longo dos anos, a praça consolidou-se como palco de manifestações políticas na cidade, fato que expressa seu caráter político, sobretudo por sua proximidade com instituições deliberativas. Situavam-se em seu entorno o Palácio Anchieta, sede do Governo do Estado do Espírito Santo, na Praça João Clímaco, s/n, Cidade Alta, Centro; a antiga sede da Prefeitura de Vitória, na Rua Sete de Setembro, em frente à Praça Ubaldo Ramalhete, hoje demolida; a antiga sede da Assembleia Legislativa, o Palácio Domingos Martins, na Cidade Alta, junto à Praça João Clímaco, também demolida; e o Fórum, na Rua Muniz Freire, no Centro, atualmente sem uso. Desses edifícios, apenas o Palácio Anchieta permanece no local. Os demais foram transferidos para a Enseada do Suá e para Bento Ferreira, onde hoje se encontra a Prefeitura de Vitória. A saída dessas instituições em direção aos bairros situados a leste do Centro reduziu o fluxo populacional na área e, por consequência, enfraqueceu a ocorrência de manifestações na praça.

Para Vitória (2024), além de seu valor histórico, a Praça Oito também se destaca por sua qualidade estética. O calçamento em pedras portuguesas brancas e pretas desenha mosaicos que marcam visualmente o espaço, enquanto a arborização do entorno, datada de 1900, contribui para a ambiência característica desse espaço público.

Figura 3: Praça 8 de Setembro



Fonte: Vitória, 2025

2 OS SIGNIFICADOS DA PRAÇA, SUA PRESERVAÇÃO E SUA CONSERVAÇÃO

Os atributos de valor da Praça Oito de Setembro podem ser compreendidos a partir de quatro dimensões principais: histórica, simbólica, paisagística e política. A permanência desses sentidos ao longo do tempo não decorre de uma suposta fixidez formal, mas da capacidade do espaço de absorver mudanças sem perder sua condição de referência. Ao examinar o significado da Praça Oito para a população capixaba, deve-se considerar a continuidade de seu peso simbólico, mesmo diante do esvaziamento demográfico da área central. Conforme Botelho (2005, p. 58), o crescimento populacional acelerado, somado à percepção de saturação funcional da região central e à sua inadequação diante das expectativas de expansão urbana, levou o poder municipal a abandonar o Centro e a direcionar o crescimento da cidade para outras áreas.

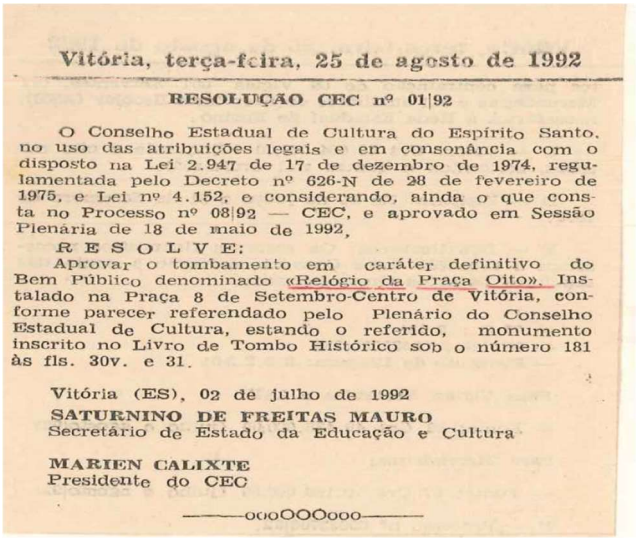
Ainda de acordo com Botelho (2005, p. 60), em meados de 2003 já se tornavam visíveis os resultados dos esforços de revitalização no Centro, com fachadas desobstruídas e recuperadas, equipamentos públicos requalificados e renovação paisagística nas escadarias do Palácio Anchieta e na área portuária.

No entanto, ainda na década de 1980, o planejamento urbano e a elaboração do primeiro Plano Diretor do Município (PDU), em 1984, já atuavam como vetores de melhoria da qualidade de vida na região e de ampliação da participação popular, com vistas à valorização do patrimônio histórico e à recuperação da área central. O PDU de 1984 dedica uma seção específica ao Centro da cidade.

Antes da virada do século, mais precisamente em 1992, o Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo aprovou o tombamento definitivo do Relógio da Praça Oito, bem público de reconhecido valor. Essa resolução reforçou as diretrizes do PDU e assegurou a permanência

desse elemento diante das várias reformas radicais anteriormente realizadas no Centro, como a demolição do edifício eclético da Prefeitura de Vitória.

Figura 4: Resolução CEC 01.1992. Tombamento Relógio Praça Oito



Vitória, terça-feira, 25 de agosto de 1992

RESOLUÇÃO CEC nº 01|92

O Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo, no uso das atribuições legais e em consonância com o disposto na Lei 2.947 de 17 de dezembro de 1974, regulamentada pelo Decreto nº 626-N de 28 de fevereiro de 1975, e Lei nº 4.152, e considerando, ainda o que consta no Processo nº 08|92 — CEC, e aprovado em Sessão Plenária de 18 de maio de 1992,

R E S O L V E:

Aprovar o tombamento em caráter definitivo do Bem Público denominado «Relógio da Praça Oito». Instalado na Praça 8 de Setembro-Centro de Vitória, conforme parecer referendado pelo Plenário do Conselho Estadual de Cultura, estando o referido, monumento inscrito no Livro de Tombo Histórico sob o número 181 às fls. 30v. e 31.

Vitória (ES), 02 de julho de 1992
SATURNINO DE FREITAS MAURO
Secretário de Estado da Educação e Cultura

MARIEN CALIXTE
Presidente do CEC

———oooOOOooo———

Fonte: Secult, sd. Disponível em: https://secult.es.gov.br/Media/secult/EDITAIS/.

De fato, a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) vem registrando iniciativas relevantes de tombamento voltadas à preservação da paisagem do Centro de Vitória, como ocorreu, no corrente ano, com os galpões do porto, visíveis na figura 2. Essa medida assegura a proteção desses galpões como patrimônio cultural e reforça a ambiência compartilhada com a Praça Oito de Setembro.

A conservação do bem, ao longo de aproximadamente um século, torna-se condição necessária para a manutenção e a proteção do patrimônio histórico e cultural. Esse processo é responsabilidade do Estado e não apenas preserva a aparência e a funcionalidade do monumento e da praça, mas também fortalece a identidade da comunidade. A imagem a seguir, atual, destaca aspectos do calçamento em pedra portuguesa, seus desenhos, o posteamento original, bem como o estado de conservação do relógio.

Apesar das iniciativas pontuais, a história de Vitória demonstra que a memória da cidade vem sendo marcada pela eliminação sistemática de referências materiais, como a antiga sede da Prefeitura e a Assembleia Legislativa, citadas na introdução deste texto, bem como pela incapacidade das gestões públicas de documentar as transformações urbanas. Esse quadro demonstra a urgência de estratégias capazes de resguardar informações e sentidos que se perdem a cada intervenção. A Praça Oito de Setembro exemplifica esse processo ao mostrar que sucessivas reformas apagaram elementos da paisagem histórica, instituíram novos símbolos e, em muitos casos, não deixaram registros suficientes para a reconstituição de suas configurações anteriores.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2023), “o patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de

fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas". Dessa forma, reconhecem-se como Patrimônio Mundial Cultural quatorze sítios nacionais, nenhum deles situado no Estado do Espírito Santo. Ao patrimônio, contudo, costuma-se atribuir uma escala de valores que, segundo Choay (2001, p. 116), parte do valor nacional, responsável por legitimar os demais; passa pelo valor cognitivo, vinculado à memória histórica e à ativação do sentimento de orgulho; alcança o valor econômico, relativo à exploração dos monumentos; e chega ao valor artístico. No estudo de caso desenvolvido neste trabalho, identificaram-se o valor cognitivo e o valor econômico citados pela autora. Essa constatação aparece nos relatos de historiadores sobre a região central, nas imagens que remetem à natureza simbólica da Praça Oito de Setembro e na capacidade do espaço de ser vivido e reconhecido pela população.

Figura 5: Praça Oito de Setembro



Fonte: Araújo, 2020. Disponível em: https://maps.app.goo.gl/dKVJx2fcbe3n5iEW8.

A fragilidade observada na trajetória da Praça Oito torna-se mais clara à luz da Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN. Em vez de se restringir à proteção de objetos isolados, a Política enfatiza a relação entre bens culturais, práticas sociais e dinâmicas territoriais. Entre seus princípios centrais estão a noção de que a preservação deve considerar a dignidade e a experiência das pessoas, a compreensão de que o patrimônio não se separa das comunidades que lhe atribuem sentido e o reconhecimento de que os significados atribuídos aos bens se transformam ao longo do tempo (IPHAN, 2018). Ao observar o percurso da Praça Oito, percebe-se como tais princípios foram historicamente negligenciados, tanto na condução das reformas quanto na maneira pela qual o espaço foi sendo afastado da vida cotidiana da população.

A ausência de participação social na definição das intervenções realizadas na praça também contraria a orientação institucional de ampliar a presença da sociedade nos processos decisórios. A Política do IPHAN destaca que os instrumentos de gestão devem ser construídos

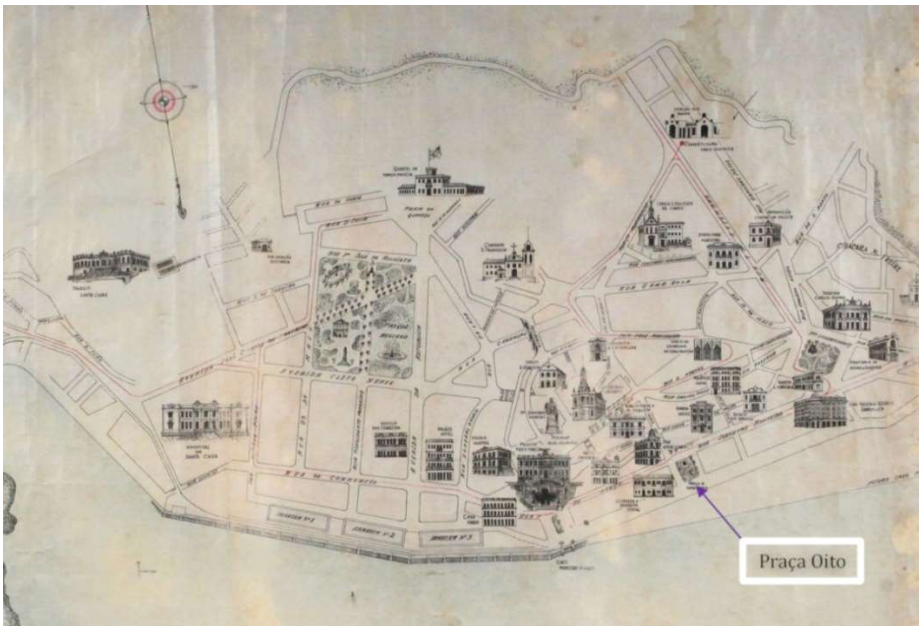
de forma compartilhada, de modo a fortalecer vínculos afetivos e garantir que o patrimônio permaneça vivo e reconhecível para aqueles que o utilizam. O Princípio da Participação Ativa, estabelecido na Política, determina que “deve ser assegurada à sociedade a participação ativa na elaboração de estratégias para a preservação do patrimônio cultural material” (IPHAN, 2018, p. 31). A Praça Oito, porém, passou por sucessivas remodelações em seu desenho urbano sem que a dimensão comunitária fosse considerada, o que contribuiu para o enfraquecimento de sua função como espaço de referência para a memória coletiva do Centro de Vitória.

Outro ponto central evocado pela Política diz respeito à necessidade de partir de uma leitura territorial para orientar ações de preservação. Essa perspectiva exige compreender processos urbanos mais amplos, como a migração de funções públicas para outras áreas, o declínio populacional do Centro e a mudança na lógica de uso dos espaços urbanos. No caso da Praça Oito, tais transformações alteraram profundamente sua ambiência e seu papel na cidade. A praça, que outrora concentrava atividades políticas e cívicas, foi gradualmente esvaziada, o que reforçou a desconexão entre o espaço e seus significados históricos.

3 FORMAÇÃO HISTÓRICA DA PRAÇA OITO DE SETEMBRO E DE SEU RELÓGIO

A Praça Oito de Setembro teve, em sua origem, a condição de espaço conhecido como Cais Grande, denominação que mais tarde foi substituída por Cais da Alfândega. Conforme Elton (1986, p. 43), em 1906 o local passou a se chamar Praça Santos Dumont, em homenagem ao aviador brasileiro que, naquele momento, havia estabelecido em Paris os primeiros recordes da aviação mundial. O autor registra ainda que a nova placa do logradouro foi oferecida por Clímaco Soares, proprietário da casa comercial A Primavera, ali instalada. A homenagem já vinha sendo reivindicada desde 1901.

Figura 6: Planta de Victoria Central



Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória, sd adaptado pelos autores.

Segundo Elton (1986, p. 43), em 8 de setembro de 1911, durante as comemorações do aniversário de fundação da cidade, o governador municipal Cirilo Tovar propôs a alteração do nome da praça para Oito de Setembro, pedido aprovado em 28 do mesmo mês. Em 1914, o prefeito Washington Pessoa determinou o revestimento das calçadas com pedras portuguesas brancas e pretas, formando mosaicos.

A partir de então, a Praça Oito, forma abreviada e afetiva adotada pela população, consolidou-se como um dos pontos mais movimentados da ilha, embora já desempenhasse esse papel anteriormente, sobretudo nas noites de quinta-feira, animadas pelas retretas da banda da Polícia Militar. Também ocorriam no local apresentações eventuais das filarmônicas do Rosário e de São Francisco.

De acordo com Elton (1986, p. 44), em 1935, por ocasião das comemorações do 400º aniversário da colonização do solo espírito-santense, a família Oliveira Santos doou à cidade um obelisco artístico comemorativo da efeméride, instalado na área central da praça em 24 de maio, conforme ata transcrita a seguir:

> Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de mil novecentos e trinta e cinco, com a presença do Exmo. Sr. Capitão João Punaro Bley, digníssimo Presidente do Estado do Espírito Santo, e demais autoridades estaduais e muitas pessoas gradas desta terra, e também os chefes das famílias Oliveira Santos acompanhados das mesmas, foi, às nove horas da manhã, solenemente colocada a primeira pedra deste monumento. No ato da colocação da primeira pedra, lançou-lhe a sua bênção o Exmo. e Revmo. Sr. D. Luiz Scortegagna, Bispo Diocesano desta Capital. Desta solenidade foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente do Estado e pelo Sr. Bispo Diocesano, autoridades, pessoas gradas e pelos doa- does do monumento. Aos 24 dias do mês de maio de 1935 (O Diário da Manhã, 1935).

Conforme Elton (1986, p. 46), o obelisco foi removido em 1940 para o fim da Rua Capixaba, passando a ocupar o lugar onde antes se encontrava a estátua do Trabalho, a qual, após a transferência, passou a figurar na praça situada em frente à antiga sede da Prefeitura Municipal de Vitória. Mais tarde, com o aterro da Comdusa, no bairro Praia do Canto, o obelisco foi novamente deslocado.

O relógio foi montado pelo artista alemão Ricardo Schorling, segundo Elton (1986, p. 46), pai da aviadora e paraquedista Rosa Helena Schorling. O equipamento executava, a cada hora, os acordes iniciais do Hino do Espírito Santo, de autoria de Peçanha Póvoa, com música de Arthur Napoleão.

De acordo com Elton (1986, p. 47), durante a Segunda Guerra Mundial a praça tornou-se palco de demonstrações de civismo. No local foi erguida uma pirâmide metálica destinada à arrecadação de material para a construção de aviões brasileiros. Também aconteciam comícios diários, conduzidos por oradores jovens e veteranos, que procuravam mobilizar a população na luta contra os inimigos da Nação.

O relógio e a praça converteram-se em referências da Arquitetura Moderna no Espírito Santo, em consonância com premissas do modernismo desenvolvidas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Enquanto o Brasil apresentava realidades bastante distintas entre as décadas de 1930 e 1960, o

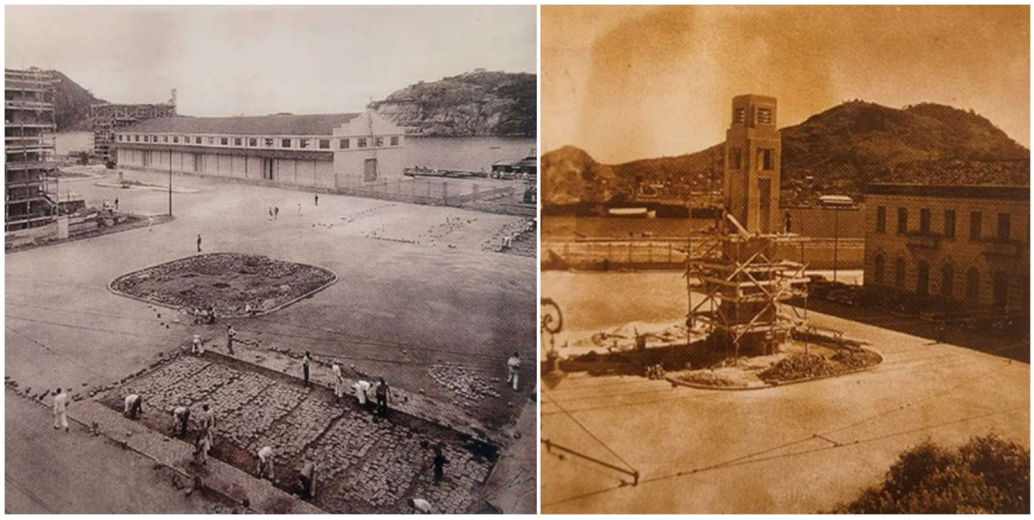
Espírito Santo, tendo o Rio de Janeiro como referência, buscava desde as reformas urbanas do início do século XX afastar-se de sua feição colonial por meio das políticas conduzidas por Jerônimo Monteiro (Klug, 2009). O modernismo ganhou presença mais expressiva no estado por meio de profissionais formados no Rio de Janeiro. A difusão dessa arquitetura se intensificou no governo de Jones Santos Neves (1951-1955), cuja proposta consistia em criar condições para a industrialização e a modernização do Espírito Santo. Vinculado aos princípios de racionalização da Arquitetura Moderna e aliado de Vargas, Jones reuniu uma equipe qualificada de assessores, entre eles os arquitetos Francisco Bolonha, Ary Garcia Roza, Élio de Almeida Vianna e Marcello Vivacqua (Gomes, 2008).

Arquitetura moderna pode ser entendida como o conjunto de expressões arquitetônicas ligadas aos princípios do racionalismo, da funcionalidade e da ruptura com linguagens historicistas. O modernismo corresponde ao movimento cultural e arquitetônico que sistematiza esses princípios, enquanto modernidade se refere à condição histórica associada a transformações sociais, técnicas e culturais mais amplas. Já a modernização é compreendida como o processo político e material de implementação dessas transformações no espaço urbano.

Entre os profissionais que atuaram na modernização de Vitória, Jayme Figueira, nascido em 1870 no Rio de Janeiro, destaca-se como figura de grande importância para a capital capixaba. Conforme Sarkis (2019), Jayme era autodidata e desenvolveu ao longo da vida notável habilidade para o desenho, o que o levou a exercer a função de engenheiro projetista, equivalente à de arquiteto naquele período, já que o curso formal de arquitetura seria criado apenas mais tarde.

No início do século XX, Jayme foi selecionado, ao lado do engenheiro Júlio Lima, para projetar os pavilhões brasileiros da Exposição Internacional de 1911, realizada em Turim, na Itália. Também atuou na Prefeitura de Vitória e alcançou notoriedade como autor do monumento da Colonização Espírito-Santense, situado em frente à Praça dos Desejos, na Praia do Canto. A ele também é atribuída a autoria do projeto do relógio instalado no centro da Praça Oito de Setembro, com dezesseis metros de altura, inaugurado em 1942 (Sarkis, 2019).

Figura 7: Calçamento e Instalação do relógio da Praça Oito de Setembro



Fonte: Campos Júnior, 2005.

De acordo com Campos Júnior (2005, p. 20), o calçamento da Praça Oito de Setembro, executado no mesmo período, totalizou uma área de 418 m² e ficou a cargo do empreiteiro João de Barros (figura 7). Além da pirâmide já mencionada, a Praça Oito de Setembro, em 1945, transformou-se em um grande altar construído pelo professor Américo Guimarães Costa para a celebração do 10º Congresso Eucarístico Diocesano (Elton, 1986, p. 47). No campo político, também em 1945, ocorreu na praça o comício da União Democrática Nacional (UDN), partido brasileiro atuante entre 1945 e 1965 e conhecido por sua oposição a Getúlio Vargas.

Entre as casas comerciais situadas no entorno da praça, destacavam-se a Farmácia Aguirre, a Joalheria Petrochi, o Café Globo, o Petrópolis e o Bar Central, localizado no edifício que antes abrigara a alfaiataria de Hildebrando Resemini. Havia ainda o Pan-Americano, voltado à venda de artigos finos e importados, e a Flor de Maio, dedicada ao comércio de chapéus, bengalas, guarda-chuvas e malas, estabelecimento ainda existente, embora com nova organização de vitrinas (Elton, 1986, p. 48).

Ladeavam a praça o prédio da Alfândega e o Banco Agrícola do Espírito Santo, atual Banestes, ambos demolidos. No interior da praça, protegido por um muro balaustrado, situava-se o cais dos botes, onde trabalhavam diversos catraieiros. Também havia o ancoradouro das barcas que realizavam o mesmo percurso dos botes. Essas embarcações transportavam moradores e visitantes entre a ilha e o continente, além de conduzirem tripulantes e passageiros de navios que, diante da ausência de um cais ainda em construção, permaneciam ancorados na baía. A Praça Oito de Setembro funcionava como ponto de chegada não apenas dos moradores do continente, mas também daqueles que vinham de bonde de áreas mais distantes da cidade, o que fazia desse logradouro um ponto de convergência geral (Elton, 1986, p. 48-49).

Segundo Elton (1986, p. 49), a Praça Oito de Setembro também servia de palco aos festejos de carnaval, quando blocos de sujo animavam os bares e os mascarados do corso circulavam entre os frequentadores. O chão da praça convertia-se em um tapete de confetes.

Figura 8: Praça Oito de Setembro atualmente



Fonte: dos autores, 2025.

Atualmente, o Circuito da Folia ocorre ao longo da Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, a Beira Mar, nas proximidades da Praça Oito de Setembro. Diversos blocos carnavalescos, como Subúrbio, Afro Kizomba, Regional da Nair, Voador e Bloco Afro Coisas de Negres, promovem atividades que reforçam as tradições locais (Vitória, 2025).

Apesar das festividades e da intensa utilização da área, o estado de conservação do espaço nos últimos cinco anos contraria o que se espera da proteção do patrimônio histórico e cultural. Em visita técnica ao endereço Avenida Jerônimo Monteiro, n° 348, Centro Histórico, Praça Oito de Setembro, conforme figura 8, foram identificados danos como umidade, pichação, relógio inoperante e presença de elementos que interferem na paisagem, como tendas e sanitários químicos. Essas avarias e interferências comprometem a funcionalidade do espaço e prejudicam a percepção de identidade por parte da comunidade.

Para explicitar os atributos de valor e sua permanência ao longo do tempo, elaborou-se o Quadro 1, que sistematiza as dimensões histórica, paisagística, simbólica e urbana da Praça Oito de Setembro.

Quadro 1: Atributos de valor histórico da Praça Oito de Setembro e permanência temporal

Dimensão de análise	**Atributos de valor**	**Permanência ao longo do tempo**
Histórica	Inserção na malha urbana consolidada e relação com processos políticos do início do século XX	Mantida como referência espacial e simbólica
Paisagística	Configuração do espaço livre e relação com edificações do entorno	Alterações pontuais sem perda da estrutura espacial
Simbólica	Uso cívico e reconhecimento coletivo	Ressignificação contínua
Urbana	Centralidade e conectividade	Permanência como espaço de passagem e encontro

Fonte: dos autores, 2026.

A sistematização apresentada no Quadro 1 mostra que os atributos de valor da Praça Oito de Setembro não dependem apenas de sua configuração formal, mas da permanência de usos, sentidos e relações urbanas construídas ao longo do tempo. Mesmo diante de mudanças físicas e funcionais, a praça conserva sua centralidade simbólica e paisagística, o que reafirma sua relevância como espaço de sustentação da memória urbana. Sua permanência, portanto, não resulta de uma condição fixa, mas da capacidade de responder às dinâmicas sociais e de manter vínculos com a experiência cotidiana da população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação da Praça Oito de Setembro e de seu relógio ultrapassa a proteção material de um bem urbano, pois diz respeito também à salvaguarda de referências históricas, paisagísticas e simbólicas que estruturam a memória de Vitória. O cuidado com esse conjunto protege tanto sua materialidade como também os sentidos acumulados ao longo do tempo, que fazem da praça um marco da trajetória urbana e cultural da capital capixaba.

Reconhecida como Patrimônio Histórico Cultural do Espírito Santo em 1984, a Praça ultrapassa a condição de espaço público. A localidade se consolida como símbolo da identidade e da trajetória urbana de Vitória, permanecendo como ponto de encontro, palco de manifestações populares e motivo de reconhecimento para a população capixaba.

Ao relacionar a trajetória da Praça Oito com as diretrizes da Política de Patrimônio Cultural Material, nota-se que a preservação e a conservação exigem ações fundadas na participação social, na leitura do território, no registro contínuo das transformações e na clareza dos processos de gestão. A recuperação de elementos, formas e referências históricas recoloca a praça em sua condição de marco simbólico e afetivo da paisagem urbana, reforçando sua permanência na memória de Vitória como espaço vivo, reconhecível e partilhado socialmente.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Tarcísio R. Revitalização de Centros Urbanos no Brasil: uma Análise Comparativa das Experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **Revista Eure**, Vol. 31, 2005.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **A História da Construção e das Transformações da Cidade.** Vitória: Cultural - ES, 2005.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2001.

DAEMON, Basílio de Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua Descoberta, História Cronológica, Sinopse e Estatística.** Vitória: Secretaria do Estado da Cultura. Arquivo Público do Estado do espírito Santo, 2010.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma Ilha**. Rio de Janeiro: Pangetii, 1965.

ELTON, Elmo. **Logradouros Antigos de Vitória.** Vitória: Edufes e Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Secult e CEC apresentam Resolução do Tombamento do Porto de Vitória em Reunião Pública.** Disponível em: https://www.es.gov.br/Noticia/secult-e-cec-apresentam-resolucao-do-tombamento-do-porto-de-vitoria-em-reuniao-publica. Acesso em 08 dez 2025

FOSSE, Mário. **Monumentos Capixabas – Livro I - Vitória.** Vitória: PMV e Companhia Vale do Rio Doce, 2015.

GOMES, Eduardo Rodrigues. A modernização urbana do centro de Vitória (ES): considerações preliminares sobre a Geografia do passado de uma cidade. **Geografares**, nº 6, 2008. p. 73-87.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Mundial Cultural e Natural.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29. Acesso em 23 jun. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Política de Patrimônio Cultural Material**. Brasília: IPHAN, 2018.

KLUG, Letícia Beccalli. **Vitória: Sítio Físico e Paisagem**. Vitória: EDUFES, 2009.

NEMER, Luciana. Centro de Vitória Habitação Social Ontem e Hoje. Serra: Milfontes, 2018.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo.** Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1968.

O DIÁRIO DA MANHÃ. Vitória, 25 mai. 1935.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

SARKIS, Sérgio Figueira. Jayme Fernandes Figueira**. Personalidades Capixabas.** Morro do Moreno, 1 mar. 2019. Disponível em: https://www.morrodomoreno.com.br/materias/jayme-fernandes-figueira-por-sergio-figueira-sarkis.html. Acesso em: 24 jun 2023.

VITÓRIA (ES). Carnaval 2025: **PMV divulga programação do Centro da cidade.** 2025. disponível em: https://vitoria.es.gov.br/noticia/carnaval-2025-pmv-divulga-programacao-do-centro-da-cidade-52633. Acesso em 08 dez 2025

VITÓRIA (ES). Secretaria de Desenvolvimento da Cidade e Habitação. **Praça Oito de Setembro.** 2024**.** Disponível em: https://www.vitoria.es.gov.br/sedec/praca-oito. Acesso em 07 dez 2025